



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, no auditório do edifício dos paços do concelho, salão nobre da câmara municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objetivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO DOIS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO QUARENTA E UM BARRA QUINZE, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO TRÊS - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO QUARENTA BARRA QUINZE, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO QUATRO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO TRINTA E OITO BARRA QUINZE, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO CINCO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO TRINTA E SETE BARRA QUINZE, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO SEIS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO DOIS BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO SETE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO CINCO BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO OITO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO VINTE E DOIS BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO NOVE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO VINTE E QUATRO BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO DEZ – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO QUARENTA E UM BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO ONZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO NÃO PAGAMENTO DE TAXA DE FEIRA MENSAL DE ALMEIRIM, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO TRINTA E CINCO BARRA QUINZE DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO DOZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ANULAÇÃO NÃO PAGAMENTO DE TAXA DE FEIRA MENSAL DE ALMEIRIM, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO QUARENTA E SETE BARRA DEZASSEIS DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO TREZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DÍVIDA, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO CINQUENTA E NOVE BARRA DEZASSEIS DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO CATORZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DÍVIDA, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO DUZENTOS E TRINTA E DOIS BARRA DEZASSEIS DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

QUINZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DÍVIDA, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO SESSENTA E TRÊS BARRA DEZASSEIS DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

DEZASSEIS – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO APRESENTADA PELO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SETENTA E SETE DA LEI SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS NÚMERO OITENTA E DOIS – D BARRA DOIS MIL E CATORZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO E SESSENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSEIS DE JUNHO. -----

DEZASSETE – APRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA LEI NÚMERO QUARENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E OITO DE AGOSTO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DEZOITO – APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM. –

DEZANOVE – APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM; -----

VINTE - APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO. -----

VINTE E UM - APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA. ----

VINTE E DOIS - APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO E FIXAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA DAS TAXAS PARA VIGORAREM EM DOIS MIL E DEZASSETE DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, NO RESPEITO PELO PREVISTO NO NÚMERO CINCO E UM DO ARTIGO CENTO E DOZE DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E OITENTA E SETE BARRA DOIS MIL E TRÊS - DR NÚMERO DUZENTOS E SESSENTA E DOIS DE DOZE DE NOVEMBRO QUE APROVOU O CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS COM AS ALTERAÇÕES DA LEI NÚMERO CINQUENTA E TRÊS – A BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO, CONSIDERANDO TODAS AS ALTERAÇÕES, SENDO A ÚLTIMA COM A LEI NÚMERO OITENTA E TRÊS – C BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO. -----

VINTE E TRÊS - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA DOIS MIL E DEZASSETE, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E SEIS DA LEI SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE SETEMBRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA C), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DO ANEXO I À LEI SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE DE DOZE DE SETEMBRO. -----

VINTE E QUATRO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DERRAMA PARA DOIS MIL E DEZASSETE, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTIGO CATORZE DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

QUINZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA D) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

VINTE E CINCO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PERCENTUAL DE 0,25%. DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR NO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE, NOS TERMOS A ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS COM ALÍNEA B) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, AMBOS DO ANEXO I À LEI SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, CONJUGADO COM A LEI NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E QUATRO, DE DEZ DE FEVEREIRO (LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS) E POSTERIORES ALTERAÇÕES, A ÚLTIMA DAS QUAIS INTRODUZIDA PELA LEI NÚMERO QUARENTA E DOIS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE JULHO. -----

VINTE E SEIS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS REFERENTES AO RECENSEAMENTO ELEITORAL DE DOIS MIL E DEZASSEIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO CONJUGADO COM A ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS DO ANEXO I DA LEI SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS NÚMERO VINTE E CINCO BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE TRINTA DE MARÇO, NÚMERO SESSENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSEIS DE JULHO E NÚMERO SETE – A BARRA DOIS MIL E DEZASSEIS, DE TRINTA DE MARÇO. -----

VINTE E SETE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TERCEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO TERCEIRO DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E NOVE BARRA DOIS MIL E NOVE, DE TRÊS DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO TRÊS – B BARRA DOIS MIL E DEZ, DE VINTE E OITO DE ABRIL, PELA LEI NÚMERO SESSENTA E SEIS BARRA DOIS MIL E DOZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO E PELA LEI NÚMERO OITENTA BARRA DOIS MIL E TREZE, DE VINTE E OITO DE NOVEMBRO. -----

VINTE E OITO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO, NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E DOIS DO DECRETO-LEI CENTO E NOVENTA E SETE BARRA NOVENTA E NOVE, DE OITO DE JUNHO, EM VIGOR POR REMISSÃO DE ALÍNEA F) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CATORZE DO



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DECRETO-LEI DEZOITO BARRA DOIS MIL E OITO, DE VINTE E NOVE DE JANEIRO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SEGUROS, A DESENCADear NO ÂMBITO DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO NÚMERO UM, DO ARTIGO SEIS, DA LEI NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO. -----

VINTE E NOVE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DO USO DO FOGO E LIMPEZA DE TERRENO, NOS TERMOS DA ALÍNEA K), NÚMERO UM DO ARTIGO TRITA E TRÊS DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE DE DOZE DE SETEMBRO. -----

TRINTA – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO PRÉMIO MELHOR ALUNO DR. ANTÓNIO CARMO CLÁUDIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA K), NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE DE DOZE DE SETEMBRO. -----

-----PERÍODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----
Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo senhor presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, conjugado com o número um, alínea **b)** do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (presidente da mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Teresa Isabel Almeida Filipe (segundo secretário da mesa da Assembleia Municipal); Manuel Bastos Martins; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio; Alfredo da Silva Trindade; João Miguel Gonçalves Lopes; José Manuel Coutinho Lopes; Gustavo Gaudêncio da Costa; Filipe Alexandre Ribeiro Rego; Rui Manuel de Oliveira Pinto Pires; Maria Antonieta Rodrigues Grazina de Loureiro Oliveira; António Manuel da Cruz Martins; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; Manuel Virgínia Lourenço; Domingos Manuel Monteiro Martins; Maria José Duarte Seródio Dias; Pedro Jorge Lourenço Marques Pereira; Maria José Carvalho Marques Cardoso; João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário (Presidente da Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Manuel de Deus Catalão (Presidente da Junta de Almeirim); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (presidente de Junta da Raposa); Cândida Isabel Conceição Lopes



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

(presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do executivo municipal o senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Paulo Vladimiro Santana Caetano (vice-presidente); Maria Emília Moreira (vereadora); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (vereador), Eurico Manuel Lopes Henriques (vereador), Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (vereadora) e Manuel Sebastião Duarte Lopes (vereador). -----

----- Registo de faltas: Jorge Alexandre Veiga Dias (Movimento Zé Gomes). -----

----- Sendo vinte e uma horas e cinco minutos, declarou o senhor presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão ordinária de setembro de dois mil e dezasseis. --

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Boa noite a todo o executivo municipal, deputados municipais e público presente. Existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis. -----

----- Estão presentes vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem esta Assembleia. Ou seja, dezasseis elementos do grupo do PS, três do grupo da CDU, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo do MICA. -----

PAOD

----- (Período Antes da Ordem do Dia) -----

CORRESPONDÊNCIA

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, que enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão ordinária da Assembleia Municipal no mês de setembro, ofício a enviar documentação para uma Assembleia a realizar oportunamente, ofício a convocar para a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação no dia quinze de julho. -----

Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo: Ofício a enviar convite para o para o almoço anual de idosos a realizar no dia dezasseis de outubro. Ofício a enviar convite para a inauguração das festas de Benfica do Ribatejo no dia quinze de julho. -----

Associação 20 kms de Almeirim – Ofício a enviar convite para a 30ª edição da mini e prova de atletismo – Rota da Sopa da Pedra a realizar no dia trinta de outubro. -----

Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim - Ofício a enviar convite para o para o almoço anual de idosos a realizar no dia dezoito de setembro. Ofício a enviar convite para participar na inauguração das festas em honra de S. José, no dia vinte e nove de julho. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Junta de Freguesia de Almeirim - Ofício a enviar convite para o para o almoço anual de idosos a realizar no dia nove de outubro. -----

Junta de Freguesia de Raposa - Ofício a enviar convite para o participar o sétimo festival de arroz doce, que se realiza no dia vinte e quatro de setembro. -----

Pedidos de justificação de falta à sessão ordinária de abril: -----

JORGE ALEXANDRE DE CASTRO VIDEIRA VEIGA DIAS - Ofício a enviar justificação de falta à sessão de junho. -----

CARLA MARINA SOUSA DE JESUS SILVA - Ofício a enviar justificação de falta à sessão ordinária do mês de junho. -----

----- * **Votação da ata** da sessão do dia vinte e nove do mês de junho de dois mil e dezasseis. Aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três do grupo da CDU, três da Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes de abrir as inscrições para a discussão dos assuntos de interesse municipal, gostaria de vos dar conta do seguinte: já depois de convocada a presente Assembleia, verificou-se que a ordem de trabalhos continha a falta de dois assuntos que deviam ser discutidos após o ponto vinte e sete da presente Ordem de Trabalhos. -----

Por esta razão o ponto vinte e sete será retirado da Ordem de Trabalhos de hoje. Sendo a assunto discutido e apreciado numa sessão extraordinária que terá lugar no dia quatro de outubro. -----

Não havendo mais informações, vou abrir as inscrições para os assuntos de interesse municipal. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite a todos os presentes. Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, gostaria de comentar a situação do Jardim da República. Está sem iluminação e com alguns problemas estruturais da passagem de cabos elétricos. Existem algumas opções, que podiam passar por algo provisório, pelo menos por soluções solares. Ao nível de iluminação, parece-me que seria premente, que pelo menos alguma coisa fosse feita. Um jardim mal iluminado pode originar situações menos licitas que são de todo evitáveis. -----

PEDRO PEREIRA (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite Senhor Presidente da Câmara, boa noite Senhor Presidente da Assembleia, boa noite a todos os presentes. -----

A minha pergunta surge no seguimento de que todos os Municípios necessitam, que é a captação de investimento e da possibilidade que oferecem não só a jovens mas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

também menos jovens, de iniciarem atividades por conta própria, iniciarem negócios e criarem valor. -----

Indo direto ao assunto, gostaria de saber em que estado está o processo da incubador que foi anunciada no início do ano? Gostava também de saber, ainda neste capítulo, da atração de investimento e da capacidade que o Município dispõe de oferecer atratividade aos seus cidadãos jovens e menos jovens, no fundo o que está pensado sobre esta matéria? -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Gostaria de fazer apenas uma ou duas perguntas, sobre a instalação que existe na Zona Norte, o antigo Salão de Chá, cuja data de abertura previsível seria no final do verão. Vamos para o outono, e ainda não abriu. -----

A pergunta é se existe alguma data para a sua reabertura? -----

A outra é saber se o proprietário está a pagar o aluguer do espaço. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos às questões dos três deputados. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite a todos os presentes. -----

Começo por responder à última intervenção. O contrato para a exploração do espaço de Salão de Chá na Zona Norte está assinado e as rendas estão a ser pagas desde a altura em que foi assinado o contrato. Sei que existe já algum equipamento de hotelaria no espaço, e que já contratou algumas pessoas, pelo que a sua abertura estará por dias. -----

Sobre a incubação de empresas, todo o espaço está tratado e devidamente equipado. O ISCTE vai fazer uma visita na próxima semana às instalações, para acertar os detalhes finais, sendo que nós temos um protocolo “chapéu” com o ISCTE. É preciso agora, definir os termos finais. -----

Em relação à iluminação pública, nós temos do PEDU, um fundo comunitário que se destina à requalificação do Jardim da República. Os fundos comunitários, vão durar até dois mil e vinte. Esta requalificação, no nosso entender, deve ter associada uma alteração ao trânsito, que entendo ser importante para a cidade, que se relaciona com a estrada nacional. Para se fazer essa alteração, necessitamos de concluir a circular que desejavelmente terminará na estrada que define o limite em Almeirim e Alpiarça, atrás da COMPAL. -----

Estas alterações, fazem que esta obra, e para não se andar sempre a fazer obras aos “bocadinhos”, não seja uma obra do amanhã. Aquele jardim possui algumas luminárias, que representam um problema por serem muito antigas. Implica fazer ali uma obra



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

grande em termos de eletricidade. Pode acontecer, gastar-se lá dinheiro agora, para com fundos da Câmara, para depois se ter fundos comunitários. No local, passo muitas vezes à noite, reconheço que não está bem iluminado, mas também é verdade que em redor existe bastante luz, e também não tenho conhecimento de nenhum relato que existam ali desacatos ou coisas do género com frequência. -----

Sobre a iluminação fotovoltaica que fala, implicava retirar todos os candeeiros existentes e substituí-los por outros, implicando uma reestruturação quase global, uma vez que nas luminárias existentes não é possível instalar uma célula fotovoltaica e uma bateria, sendo que o custo destas ronda os mil e quinhentos euros cada. -----

Compreendo a observação, e é óbvio que todos nós gostaríamos de ter um jardim mais iluminado. No entanto, estas obras demoram o seu tempo, que muitas vezes não é o desejável. Com os fundos comunitários destinados a este tipo de obras, julgo que este e outros problemas do género ficam resolvidos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções sobre o assunto e não existido votos nem moções de nenhuma natureza dou por terminado o Período Antes da Ordem do Dia, que como é habitual, se inicia com a apreciação da informação escrita. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começo por dar a palavra ao senhor presidente da câmara para fazer a introdução que entender. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Julgo que a informação escrita é suficiente, pelo que caso existam algumas questões, darei as respostas possíveis no final. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite a todos os presentes. Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos gostaria de fazer algumas questões. -----

Em primeiro, saber se existe algum novo desenvolvimento relativamente aos antigos funcionários da ALDESC. Referir também, no que diz respeito aos processos judiciais, que não estão incluídos nesta informação, os processos antigos. Estão aqui uma série de processos novos, que temos alguma curiosidade do que são. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Relativamente às contas, saudar a política do pagamento rápido, uma coisa que no passado nós já tínhamos preconizado, e ainda bem que ela continua. Dizer que em relação à execução orçamental, verificamos que a mesma da parte das despesas correntes vai ficar provavelmente, abaixo dos cem por cento. No entanto, as despesas de capital estão muito abaixo daquilo que seria o espectável. Nas aquisições de bens de capital, nos investimentos, apenas estão realizados trinta e um por cento dos investimentos previstos, com análise à data de vinte de setembro do corrente ano, que é a data das contas que nos são fornecidas, pelo que gostaria de saber, o que é que efetivamente estava previsto e que não está a ser cumprido. Neste momento temos cerca de setenta por cento não executado, e provavelmente até ao final do ano se conseguir chegar aos cinquenta por cento, já seria muito bom. -----

GUSTAVO GAUDÊNCIO DA COSTA (Grupo do PS) »» Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e público presente. -----

Sobre a informação escrita não irei fazer uma intervenção exaustiva, uma vez que ela é suficientemente completa sobre a atividade do Município de Almeirim. Salientar apenas a média do prazo de pagamento anual que está fixado neste momento em quatro dias. Por este facto, quero dar os parabéns ao Executivo e ao Senhor Presidente em particular pela excelente gestão do Município de Almeirim, que tem mostrado um grande respeito pelos fornecedores, pelos colaboradores e também pelos munícipes. -----

COUTINHO LOPES (Grupo do CDU) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Gostaria de solicitar apenas um esclarecimento sobre o seguinte; Na informação escrita diz que se fez os preparativos para se iniciar as obras na Escola do Moinho de Vento. Gostaria de saber o prazo de duração da obra, ou seja a sua conclusão? -----

Embora não estando referido nesta informação, gostaria de saber se existe alguma informação quanto à mudança de local do Tribunal de Almeirim? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação à ALDESC não há nenhuma novidade. Quanto aos novos processos judiciais, o do TAF de Leiria, o da Thyssen é uma questão simples, elas acham que nós temos pagar um determinado valor e nós entendemos que o valor é outro. Alguém vai ter de decidir sobre o assunto, sendo certo que o valor em causa são algumas centenas de euros. -----

O outro é uma participação criminal feita por nós, por causa de uns roubos. O último, resulta de um processo de inquérito, e que foi enviado para o Ministério Público. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre o investimento, nós colocamos um conjunto de verbas grandes relacionadas com fundos comunitários. É do conhecimento público que o quadro comunitário atrasou. Quando fizemos o orçamento há um ano a expectativa era outra. Uma das verbas é do CDOS que será lançado o concurso em novembro. A execução da URL vai permitir cerca de trezentos mil euros, a escola, e pegando já nesta, são quatrocentos mil euros de investimento, que começa segunda-feira, que esteve à espera do visto do Tribunal de Contas, é uma obra com uma calendarização de execução de cento e vinte dias. Para o caso da escola, está assumido que durante dois períodos vão estar distribuídos pelas escolas da cidade. Também já abrimos o concurso para o novo troço da ciclovia, no troço da circular. Espero executar uma parte dessa obra nos próximos meses. -----

A explicação para o que referiu é claramente esta. -----
Finalmente, referir que as nossas receitas de capital ronda um milhão e trezentos e setenta mil euros, e nós gastamos dois milhões trezentos e noventa e um mil euros. Ou seja, temos ido à receita corrente buscar dinheiro para as despesas de capital, que neste caso foi de um milhão de euros, que eu entendo ser significativo. -----

Sobre o Tribunal de Almeirim, o assunto está com o Instituto de Gestão de Infraestruturas da Justiça. São eles que vão lançar o concurso e conduzir o processo. ---
CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» O que foi esclarecido sobre os processos em causa, confesso que me deixou com algumas dúvidas, embora reconheça possuir poucos conhecimentos de Direito. Penso que neste caso quem move a ação é o autor. Ou o quadro da informação está mal elaborado ou então o Senhor Paulo Gil e o Senhor Carlos Matos é que moveram um processo contra a autarquia. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Vou perguntar aos juristas, e logo que tenha uma resposta, faça-lhe chegar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais questões sobre a informação escrita, dou por terminada a sua apreciação. -----

Passamos agora a considerar, tal e qual como foi acordado na Comissão de Representantes, os pontos dois até ao ponto quinze, dizendo todos eles respeito as propostas de anulação de montantes em dívida. Tal como acordado, vou coloca-los à discussão, todos ao mesmo tempo, para depois se proceder à sua votação, individualmente. -----

Estão aberta as inscrições. -----

JOÃO LOPES (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» A minha intervenção é apenas para fazer um pequena observação. Não sei se todos os presentes viram, mas existe aqui um documento da Técnica Superior Cláudia Afonso, no qual refere os feirantes e também a matéria em causa, sendo que segundo o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

documento da técnica, o ponto catorze não é idêntico aos restantes, mas é também um perdão de dívida. -----

Depois, fazer algumas observações. A primeira é sobre a espeto processual. Não me parece muito correto, mesmo que o senhor o tenha feito de livre vontade divulgar os dados pessoais, incluindo os seus rendimentos, neste caso este assunto está no ponto treze. -----

Gostava de deixar esta nota para no futuro haver mais algum cuidado no tratamento de informação privilegiada. -----

Finalmente, um pouco em jeito de pergunta e em jeito de desabafo, colocar uma questão. -----

Muitos dos processos que estamos a apreciar referem-se a feirantes, que em dois mil e dez deixaram de ocupar o lugar. Obviamente, nada será mais justo, do que votar-se por unanimidade estas anulações de dívida. Porém, a minha dúvida é como é que isto aconteceu, como é que foi possível? -----

Penso que alguma coisa devia ser feita ao nível dos responsáveis, para que estes assuntos não voltem a acontecer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Concordo inteiramente com as observações do Deputado João Lopes. -----

Como consequência de todo serviço que foi mudado, para além de ter originado um processo disciplinar, que resultou num dos processos judiciais que falou, e que está neste momento no DIAP de Tomar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação dos pontos. -----

PONTO DOIS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO QUARENTA E UM BARRA QUINZE, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO TRÊS - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO QUARENTA BARRA QUINZE, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO QUATRO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO TRINTA E OITO BARRA QUINZE, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO CINCO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO TRINTA E SETE BARRA QUINZE, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO SEIS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO DOIS BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO SETE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO CINCO BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO OITO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO VINTE E DOIS BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO NOVE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO VINTE E QUATRO BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO DEZ – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DIVIDA, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO QUARENTA E UM BARRA DEZASSEIS, DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO ONZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO NÃO PAGAMENTO DE TAXA DE FEIRA MENSAL DE ALMEIRIM, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO TRINTA E CINCO BARRA QUINZE DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO DOZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ANULAÇÃO NÃO PAGAMENTO DE TAXA DE FEIRA MENSAL DE ALMEIRIM, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO QUARENTA E SETE BARRA DEZASSEIS DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO TREZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DÍVIDA, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO CINQUENTA E NOVE BARRA DEZASSEIS DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

PONTO CATORZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DÍVIDA, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO DUZENTOS E TRINTA E DOIS BARRA DEZASSEIS DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----

QUINZE – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ANULAÇÃO DE MONTANTE EM DÍVIDA, NO ÂMBITO DO REQUERIMENTO NÚMERO SESSENTA E TRÊS BARRA DEZASSEIS DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- * **Votação do ponto dois ao ponto catorze da ordem de trabalhos** – APROVADOS POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de anulação de montante em dívida no âmbito dos requerimentos apresentados pelo Balcão Único de Atendimento, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três do grupo da CDU, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de voto, passamos a apreciar o ponto dezasseis. -----

DEZASSEIS – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO APRESENTADA PELO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SETENTA E SETE DA LEI SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS NÚMERO OITENTA E DOIS – D BARRA DOIS MIL E CATORZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO E SESSENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSEIS DE JUNHO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

JOÃO LOPES (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT)) »» Relativamente às contas semestrais não irei fazer muitos comentários, porque no fundo estas contas acabam por servir para nós vermos nos Municípios alguns problemas, onde são detetadas situações anómalas, porque entendeu o legislador que fazer esta revisão por uma entidade externa, neste caso o ROC, apenas anualmente seria insuficiente. Desse ponto de vista, nós temos analisado e comentado a informação escrita, Quem possui o resumo das contas, às quais temos prestado a melhor atenção e temos dado nota disso mesmo. Pelo que sobre as contas propriamente ditas não farei qualquer comentário.----- Apenas observar uma reserva que o ROC aponta, que gostava de ter um comentário. Na última página, no número catorze do seu relatório, refere que o Município utiliza o inventário permanente a que acresce o facto de não ter efetuado o inventários das suas existências a trinta de junho de dois mil e dezasseis. Relativamente a isto, gostaria de saber o que é que o Município está a fazer para corrigir esta situação, já que me parece relativamente simples de resolver. -----

Não gostaria de voltar a ver reservas desta natureza nas contas do Município até porque me parece que são perfeitamente evitáveis. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Nós estamos na mesma linha das observações da intervenção anterior. De fato pouco mais há a dizer sobre as contas, referindo que as



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

taxas de execução estão ao nível do que é esperado. Tirando o aspeto que foi agora observado pelo Deputado João Lopes, existe um outro que gostaria de referir, é que verifica-se que as provisões tem vindo a aumentar, por via dos incobráveis, por isso admito que o Município já tenha desencadeado mecanismo para controlar a situação, uma vez que os montantes são significativos nesta rubrica, pois relativamente ao período homologado há um acréscimo de oitenta vírgula seis por cento. Esta é uma rubrica que nos preocupa, por se tratar de dívidas de cobrança duvidosa. -----

CARLOS MOTA (Grupo do PS) »» Gostaria de fazer uma pequena referência ao relatório que é apresentado pelo Executivo Municipal e elaborado pelo ROC. Efetivamente existe uma reserva, mas é uma coisa tão simples que no global resta-nos a congratulação pela forma como o Executivo apresenta as contas. Se verificarem, o auditor diz apenas, aliás, refere textualmente que; “o Município não utiliza o sistema de inventário permanente”. Tive o cuidado de me informar sobre este detalhe em mais algumas autarquias, e consegui que em pelo menos quatro Câmaras, utilizando o sistema de inventário permanente, por falta de meios, de pessoal administrativo competente, também não apresentam o inventário das suas existências em trinta de junho do corrente ano. Naturalmente se a reserva não existisse seria ótimo. Como isso não aconteceu, vamos esperar que no futuro, estas pequenas referências sejam sanadas, e não apareçam no relatório. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções, peço ao Senhor Presidente da Câmara para fazer as considerações que entender por bem. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Pegando nesta última intervenção do Senhor Deputado Carlos Mota, temos apenas uma pessoa na área do património, temos algumas dificuldades em manter as coisas atualizadas durante o ano, e o que o Auditor na prática diz é que em junho devia ter sido feito o inventário. Embora este assunto não seja consensual, o Auditor entende que deve ser feito e daí a reserva. -----

Naturalmente que o nosso desejo é que as contas sejam apresentadas sem reservas. No final do ano vamos procurar resolver esta situação. -----

Em relação às provisões, efetivamente com as mudanças que vamos fazendo, num conjunto de mais “aperto” nas questões da receita. Basta perceber estes casos dos feirantes, que há coisas que passando os prazos tem de ser provisionados, dos quais resulta estes aumentos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Terminadas as intervenções, passamos ao ponto seguinte. -----

DEZASSETE – APRECIÇÃO E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

LEI NÚMERO QUARENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E OITO DE AGOSTO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo ninguém que se queira pronunciar sobre o assunto, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a intervenção que entender por oportuna. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Como é do conhecimento de todos, o PAEL já está totalmente pago. O último valor foi pago recentemente, pelo que este relatório e mais um outro vão vir a esta Assembleia nos termos da legislação, que o determina assim. ---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou por terminada a discussão sobre este ponto. – Passamos de imediato ao ponto número dezoito. -----

DEZOITO – APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM. –

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão e avaliação dos pontos dezoito, dezanove, vinte e vinte e um. -----

JOÃO LOPES (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite a todos.

Se me permitisse, gostava de fazer uma intervenção que abordasse os quatro pontos, uma vez que todos são sobre as transferências para as freguesias. -----

Relativamente a estes assuntos, referir que é sempre uma coisa positiva, saber que as freguesias tem mais competências, e obviamente que devem possuir as verbas necessárias para executar essas competências, tal como acontece com o Estado Central em relação aos Municípios. Denotar dos relatórios apresentados, que o de Almeirim está equilibrado no primeiro semestre. Relativamente a Fazendas de Almeirim, é apresentado um valor que é quase o dobro das despesas. Não compreendemos porque é que este valor da transferência é o dobro do valor das despesas. Não sabemos se existe algum desajusto relativamente às verbas e às competências, ou se houve alguma coisa extraordinária. Relativamente a Benfica do Ribatejo, acontece também uma situação de grande desajusto, mas neste caso, ao contrário, ou seja, a verba transferida é metade das despesas que Benfica do Ribatejo apresenta neste relatório. Relativamente à Junta de Freguesia de Raposa a situação é equilibrada. -----

Finalmente a apreciação aos relatórios, que no passado já tinha feito algumas observações, referir que simplificado como foi agora apresentado, é o adequado, sendo que algum detalhe e simplificação como é o caso da Raposa seria excelente. -----

DEZANOVE – APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

VINTE - APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO. -----

VINTE E UM - APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA. ----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções sobre estes pontos, passamos ao ponto seguinte. -----

VINTE E DOIS - APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO E FIXAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA DAS TAXAS PARA VIGORAREM EM DOIS MIL E DEZASSETE DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, NO RESPEITO PELO PREVISTO NO NÚMERO CINCO E UM DO ARTIGO CENTO E DOZE DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E OITENTA E SETE BARRA DOIS MIL E TRÊS - DR NÚMERO DUZENTOS E SESSENTA E DOIS DE DOZE DE NOVEMBRO QUE APROVOU O CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS COM AS ALTERAÇÕES DA LEI NÚMERO CINQUENTA E TRÊS – A BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO, CONSIDERANDO TODAS AS ALTERAÇÕES, SENDO A ÚLTIMA COM A LEI NÚMERO OITENTA E TRÊS – C BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão deste ponto. -----

CRUZ MARTINS » Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. -----

A nossa intervenção é para marcar a nossa posição, a mesma que temos tido ao longo do tempo nesta matéria de IMI. Bem sabemos que nesta fase assistimos a algumas Câmaras a baixar a taxa de IMI, todas por razões diversas, que a nós não nos interessa. Temos um Município que está bem e que se recomenda, o que nos dá mais alento de propor a possibilidade de avaliar uma ligeira redução nesta matéria. Ter um Município equilibrado é bom para todos nós, mas também gostaríamos que essa situação tão saudável se fizesse refletir no bem-estar dos munícipes. -----

JOÃO LOPES (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente ao IMI, e a alguns pontos seguintes, vou fazer um comentário mais abrangente, uma vez que estas matérias semelhantes. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

No fundo, o que o Município tem ao nível de estratégia acaba por ser a captação de receitas, no fundo a estratégia elaborada pela autarquia é a captação de receita. -----

Relativamente ao IMI, nós ainda podemos compreender que não capte investimento, no entanto pesa bastante sobre as pessoas, o que acaba por ser penalizador para os cidadãos. Neste momento, Almeirim tem uma das taxas mais elevadas do País, muitos dos Municípios foram reduzindo as suas taxas, no caso de Almeirim, como vocês se recordam, o IMI trouxe um grande acréscimo de receita. Efetivamente o Município possui uma taxa muito elevada. Sendo apenas uma fonte de captação de receita, e não fazendo que exista mais investimento, não será um fator decisivo na captação de investimento. -----

Relativamente à DERRAMA, neste caso já temos muito mais dificuldade em entender, que esta pode contribuir para a captação de investimento. -----

Sobre a participação variável do IRS, que é fixada no máximo, a estratégia é a mesma, a sua finalidade continua a ser captação de receita, e aqui tem um efeito direto nos cidadãos. -----

O mesmo acontece com a taxa de direitos de passagem, embora aqui fixar a mesma no máximo, não terá nenhum efeito prático nos cidadãos, até esta é de um valor irrisório que acaba por não ter expressão na fatura que cada cidadão paga. -----

Para terminar, dizer que o nosso desejo seria ver o Município utilizar os mecanismos que tem ao seu dispor, que são estes quatro pontos apresentados a favor de alguma captura de investimento, via DERRAMA, que não é a única coisa mas que é uma ajuda. Pergunto, o que é que o Município de Almeirim tem para oferecer a uma empresa que chegue ao Concelho e que pretenda instalar-se no Concelho? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Terminadas as intervenções, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Nós de dois mil e catorze para dois mil e quinze, fruto de uma Lei, que gosta muito de legislar, seja ela qual for, sobre os impostos que não os seus, para terem uma ideia, oitenta e cinco por cento dos impostos que pagamos são do Estado Central e quinze por cento são das autarquias. Ninguém discute os impostos nacionais, mas toda a gente discute os impostos das autarquias. -----

Uma nota importante sobre este assunto. Oitocentas pessoas no Concelho deixaram de pagar IMI este ano, porque possuem rendimentos inferiores a quinze mil e qualquer coisa euros, e habitações de valor patrimonial inferior a sessenta e seis mil euros. Isto representou para nós cerca de cento e sessenta mil euros a menos nos cofres da Autarquia, o que daria para a taxa não ser de zero quarenta, mas cerca de zero trinta e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sete. Pegando no comentário paralelo que o Senhor Deputado Cruz Martins fez, houve muita gente a pensar que a taxa de IMI vai subir para o próximo ano. -----

Podemos andar uma vida inteira a dizer que os políticos andam a enganar os eleitores, ou sermos consequentes e dizer que há coisas que não é possível fazer. No caso em concreto, o IMI é o valor de receita maior que a Câmara possui. Hoje, aquilo que aumentou no IMI, diminuiu o IMT, e também as taxas urbanísticas. Já houve anos que a câmara de Almeirim tinha taxas urbanísticas de meio milhão de euros, e isso nunca mais vai acontecer, no ano passado essa receita não chegou a vinte mil euros. -----

Nós mantivemos os zero quatro, o valor que havia antigamente era de zero quatro e zero cinco, este ano baixaram fruto de um conjunto de cortes para zero quarenta e cinco e aquilo que nós estamos a fazer é manter tudo igual. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Sobre a questão do IMI, vai intervir o Senhor Deputado Cruz Martins do grupo da CDU. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Escutei com a intenção intervenção do Senhor Presidente, e o que me apraz dizer é o seguinte. -----

Em tese o que se diz, é se não cobramos impostos não conseguimos fazer obras, mas esta é a tese de toda a gente. Nós sabemos, embora a tese seja a mesma, os resultados em muitos sítios são diferentes. Estarmos a dizer que uma redução de cento e quarenta mil euros, que pode comprometer uma série de coisas no Concelho de Almeirim, quando foram empréstimos antecipados e o Município demonstrou que tem essa capacidade, estamos a falar de valores completamente distintos. Nós não defendemos que haja uma redução nesta matéria, não estamos a falar em valores que possam colocar em causa a gestão do Município. Não acredito que neste caso que passou de zero quarenta para zero trinta e sete, que qualquer coisa desta natureza possa implicar a catástrofe da gestão o Município. Percebo que se tenha de dramatizar a coisa, mas não é assim tão dramático. -----

Quanto à questão dos impostos é como diz e é verdade, tendo este mecanismo e cobrando, é aproveitar, mas podemos aproveitar de uma forma mais parcimoniosa, desde que não se coloque em causa alguns dos serviços públicos que por inerência devem ser prestados. -----

JOÃO LOPES (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Como nós temos estas contas semestrais, fui ver qual era o valor cobrado do IMI até junho, ele é de um milhão duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta e dois euros e trinta, este é o valor até junho: Este valor multiplicado por dois, como vocês sabem o IMI é um imposto que incide sobre o ano anterior dá dois milhões quinhentos e quarenta e dois. O valor real de dois mil e quinze, dois de dois milhões quinhentos e cinco mil euros.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Relativamente ao IMT, efetivamente diminuiu, mas como sabem, não é controlado pelos Municípios, este depende das transações do imóveis. -----

Deste imposto, o Município de Almeirim, já arrecadou cerca de duzentos mil euros em seis meses, quando em dois mil e quinze arrecadou cerca de trezentos mil euros em doze meses. -----

Para reforçar aquilo que disse anteriormente, é que o IMI não capta investimento, por isso não temos problema em ter taxas de IMI relativamente mais altas, agora, o que não percebemos bem, é que nem se aposte na captura de investimento, e ao mesmo tempo que não se pretenda fazer qualquer dedução relativamente às pessoas havendo alguma folga para tal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Relativamente a este ponto já há meia dúzia de anos que ando a ouvir o mesmo. A oposição tem uma perspetiva do assunto e o Executivo outra. -----

Não havendo mais intervenções, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto vinte e dois da ordem de trabalhos** – APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta apresentada pela Câmara das taxas para vigorarem em dois mil e dezassete do Imposto Municipal sobre Imóveis, com dezanove votos a favor, dezasseis do grupo do PS e três da Coligação Amar a Terra-PPD/PSD.CDS-PP.MPT. Duas abstenções do grupo do MICA e três votos contra do grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo declarações de voto, passamos ao ponto seguinte. -----

VINTE E TRÊS - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA DOIS MIL E DEZASSETE, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E SEIS DA LEI SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE SETEMBRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA C), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DO ANEXO I À LEI SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo inscrições para a discussão deste assunto, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto vinte e três da ordem de trabalhos** – APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta de participação variável no IRS para dois mil e dezassete, apresentada pelo Executivo Municipal, com vinte e dois votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três da coligação Amar a Terra-PPD/PSD.CDS-PP.MPT e três do grupo da CDU. Duas abstenções do grupo do MICA. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo declarações de voto relativas a este ponto, passamos de imediato ao ponto seguinte. -----

VINTE E QUATRO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DERRAMA PARA DOIS MIL E DEZASSETE, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTIGO CATORZE DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA D) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

PEDRO PEREIRA (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite a todos os presentes novamente. -----

Relativamente à DERRAMA, a posição deste grupo é a mesma da que fizemos na intervenção do ponto vinte e dois, relativa ao IMI. Embora em algumas partes estivéssemos de acordo, nesta em concreto estamos totalmente em desacordo. -----

Neste assunto a questão da razoabilidade era importante, não para este ano, pois já sabemos o que vai acontecer, que será aprovado um e meio por cento, mas sensibilizar essencialmente o Executivo para a questão da evolução deste imposto ao longo dos anos que tem vindo a baixar. Ele vinha de trezentos, passou para duzentos, no ano passado foi de noventa e qualquer coisa e este ano vai em cerca de vinte e tal. –

Se nós fizermos uma análise à origem do imposto, aquilo que vamos verificar, um dos grandes contribuintes para o imposto é a COMPAL. Parece-me que este imposto colocado a zero tem duas grandes vantagens, a primeira ser mais um dos sinais, entre outros, esta seria a pedra de toque. É o mesmo que dizer que temos uma política de atração de investimento e que internamente, como aconteceu com o Município de Leiria, na década e oitenta, o de Oeiras na década de noventa, um compromisso de dez anos, quinze anos, seja o que for, mas parece-me que dez anos seja razoável, não colocar qualquer valor neste imposto. -----

O ponto número dois, neste assunto de redução o maior contribuinte, que é a COMPAL, merecia esta redução, por todo o investimento que fez nos anos que está instalada em Almeirim, pelo que representa para a quantidade de famílias almeirinsenses que trabalham naquela unidade fabril, por tudo aquilo que tem contribuído para o desenvolvimento do Concelho de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Sobre este assunto, vou contar-vos alguns detalhes de um empresário americano que pretende fazer um investimento de grande dimensão na Europa na área dos frutos secos. Nesta conversa que tivemos, tentei perceber se estas questões dos impostos eram ou não importantes para um investimento de grande



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

escala. Nesta conversa percebi que as preocupações são outras, nomeadamente se existem locais para a prática desportiva com qualidade, se temos oferta cultural, se existe ensino, infantários, redes de infantários, saúde de confiança, acessibilidade, entre outras. Estas são as preocupações do investidor para garantir aos seus recursos humanos qualidade de vida, de modo as poder mantê-los motivados e permanentemente disponíveis. -----

Sobre a COMPAL, e falo com a administração com regularidade, nunca ninguém me levantou essa questão. A sua administração quer é que se resolva o problema do PDM, pois esses assuntos é que são importantes para eles. Quando esta questão do PDM estiver resolvida, e quando se perceber qual é o investimento que eles pretendem fazer, percebemos facilmente que para as contas deles, essa não é a sua preocupação. -----

Volto a dizer, nunca nenhum investidor veio ao meu gabinete dizer que não vinha para Almeirim porque a DERRAMA é de um determinado valor. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto vinte e quatro da ordem de trabalhos** – APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta de DERRAMA para dois mil e dezassete, apresentada pela Câmara Municipal de Almeirim, com dezoito votos a favor, dezasseis do grupo do PS e dois do grupo do MICA. Três votos contra da coligação Amar a Terra-PPD/PSD.CDS-PP.MPT. Três abstenções do grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Existem declarações de voto? -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» A nossa bancada votou contra porque entendemos que não existe política de captura de investimento. À questão que colocamos relativamente a outros municípios da nossa lezíria do Tejo, como por exemplo, quais as vantagens competitivas que possuímos face a eles, não houve um esclarecimento concreto. Entendemos que oferta cultural, escolas, desporto, saúde, acessibilidades, justiça e outras, também Azambuja e Cartaxo tem e a questão não ficou bem resolvida. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Na verdade havia ainda muito a dizer, mas com pena minha vamos passar ao ponto vinte e cinco. -----

VINTE E CINCO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PERCENTUAL DE 0,25%. DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR NO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE, NOS TERMOS A ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS COM ALÍNEA B) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, AMBOS DO ANEXO I À LEI SETENTA E CINCO BARRA



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, CONJUGADO COM A LEI NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E QUATRO, DE DEZ DE FEVEREIRO (LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS) E POSTERIORES ALTERAÇÕES, A ÚLTIMA DAS QUAIS INTRODUZIDA PELA LEI NÚMERO QUARENTA E DOIS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE JULHO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo inscrições para a discussão deste ponto, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto vinte e cinco da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta do percentual de direito de passagem para dois mil e dezasseis apresentadas pela Câmara Municipal de Almeirim, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, Três do grupo da CDU. Três da coligação Amar a Terra-PPD/PSD.CDS-PP.MPT e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de voto, passamos ao ponto seguinte. -----

VINTE E SEIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS REFERENTES AO RECENSEAMENTO ELEITORAL DE DOIS MIL E DEZASSEIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO CONJUGADO COM A ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS DO ANEXO I DA LEI SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS NÚMERO VINTE E CINCO BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE TRINTA DE MARÇO, NÚMERO SESSENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSEIS DE JULHO E NÚMERO SETE – A BARRA DOIS MIL E DEZASSEIS, DE TRINTA DE MARÇO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao Senhor Presidente para fazer o esclarecimento deste assunto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Esta é uma obrigação legal que temos de fazer. Neste assunto acho que gastámos mais em papel do que o valor que nos vão transferir. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto vinte e seis da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de transferência de verbas para as freguesias referentes ao recenseamento eleitoral de dois mil e dezasseis, apresentadas pela Câmara Municipal de Almeirim, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, Três do grupo da CDU. Três da coligação Amar a Terra-PPD/PSD.CDS-PP.MPT e dois do grupo do MICA. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de voto relativas a esta votação, passamos ao ponto vinte e oito, uma vez que o ponto vinte e sete foi retirado. - **VINTE E OITO** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO, NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E DOIS DO DECRETO-LEI CENTO E NOVENTA E SETE BARRA NOVENTA E NOVE, DE OITO DE JUNHO, EM VIGOR POR REMISSÃO DE ALÍNEA F) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CATORZE DO DECRETO-LEI DEZOITO BARRA DOIS MIL E OITO, DE VINTE E NOVE DE JANEIRO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SEGUROS, A DESENCADear NO ÂMBITO DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO NÚMERO UM, DO ARTIGO SEIS, DA LEI NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. –

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Estes são os concursos que temos vindo a fazer no âmbito da Central de Compras, pelo que necessita de autorização da Assembleia. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo inscrições passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto vinte e oito da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de autorização de repartição de encargos em mais de um ano económico, e autorização prévia de compromisso plurianual relativo ao concurso público para Aquisição de Seguros, a desencadear no âmbito da Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, apresentada pela Câmara Municipal de Almeirim, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, Três do grupo da CDU. Três da coligação Amara a Terra-PPD/PSD.CDS-PP.MPT e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto seguinte. -----

VINTE E NOVE – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DO USO DO FOGO E LIMPEZA DE TERRENO, NOS TERMOS DA ALÍNEA K), NÚMERO UM DO ARTIGO TRITA E TRÊS DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este foi um Regulamento que foi discutido no âmbito da CIMLT para ter aplicação nas onze Câmaras, e visa suprir uma dificuldade que havia sobre o facto do Decreto-lei que está em vigor e que regula estas matérias, nomeadamente as limpezas de terreno, se aplicar a zonas não urbanas, daí este Regulamento que pretende suprimir essa lacuna nas zonas urbanas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

Dou a palavra ao Senhor Deputado Alfredo Trindade. -----

ALFREDO TRINDADE (Grupo do PS) »» Boa noite Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Boa noite Senhor Presidente da Câmara Municipal, membros das bancadas políticas e público em geral. -----

Pedi a palavra para intervir neste ponto para alertar a Câmara Municipal no sentido de prestar mais atenção não só para os terrenos urbanos como para os terrenos rústicos. É fácil ver e constatar que existem pessoas a viverem nos centros das freguesias, onde existe prédios abandonados, cujos quintais estão cheios de vegetação que ultrapassa os próprios muros, pondo em risco pessoas e bens que vivem paredes meias com estes casos. -----

Dentro das competências que a Câmara possa ter nesta área, deviam ser utilizadas de modo firme, obrigando os seus proprietários a manterem limpos os seus terrenos. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A questão é mesmo a que o Senhor deputado Alfredo abordou. Com este Regulamento passamos a ter capacidade de intervir onde efetivamente a Lei era omissa. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estando este assunto esclarecido, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto vinte e nove da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, o regulamento do uso do fogo e limpeza de terreno, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, Três do grupo da CDU. Três da coligação Amar a Terra-PPD/PSD.CDS-PP.MPT e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

TRINTA – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO PRÉMIO MELHOR ALUNO DR. ANTÓNIO CARMO CLÁUDIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA K), NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara. –

PRESIDENTE DA CÂMARA »» As alterações são simples, são sobretudo a questão da atribuição a uma instituição do Concelho. Com esta alteração, acaba por colocar uma pequena limitação em quem ganha nas edições anteriores. São questões de pormenor que ao longo dos anos vamos recolhendo. Com os contributos e vamos tentando fazer essas adaptações e melhorias. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre o assunto, vamos votar o último ponto da Ordem de Trabalhos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- * **Votação do ponto trinta da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de Alterações ao Regulamento do Prémio Melhor Aluno Dr. António Carmo Cláudio, apresentada pela Câmara Municipal de Almeirim, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, Três do grupo da CDU. Três da coligação Amar a Terra-PPD/PSD.CDS-PP.MPT e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de voto, e não havendo inscrições para intervenções no período do público, aproveito para vos desejar uma boa noite. -----

Às vinte e três horas e dez minutos, do dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezasseis, deu-se por encerrada a Sessão, lavrando-se para constar a presente ata, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
